Parecer Jurídico

Projeto de Lei nº 29/2009

Relatório:

Os Exmos. Srs. Presidentes das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Natércia, MG, formulam a este órgão de Assessoria Jurídica a seguinte consulta:

“ O projeto de Resolução nº 029/2009 está em conformidade com as normas legais e constitucionais vigentes?”

A presente consulta respondo nos termos que se seguem:

Parecer:

Cuida-se de projeto de Lei nº 029/2009 que “Autoriza o poder Executivo Municipal a Celebrar Contrato de Aluguel de um Terreno para Depósito de Lixos no Município de Natércia – MG.”

O projeto de Lei em pauta tem por finalidade a contratação de aluguel de um imóvel para uso de depósito de lixo no Município de Natércia.

Vejamos:

Visa o presente projeto de Lei solucionar o problema da produção de lixo e seu destino final, em nosso município.

O projeto de Lei em tela apresenta justificativa plausível, e a permissão será por um prazo de dois anos podendo ser prorrogada, e o reajuste será de conformidade com o índice do INPC.

Caba aqui ressaltar que o projeto em tela segue os rigores da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações) em seu artigo 24.

Portanto, razão pela qual não padece de vício o presente projeto.

Assim, o órgão de assessoria jurídica opina pela constitucionalidade e legalidade, devendo o presente projeto de lei ser remetido à apreciação do plenário.

È o parecer, s.m.j.

Natércia, 01 de setembro de 2009.

Helenice Ap. Telles N. e Silva
Assessora Jurídica